proferida nos presentes autos, permitindo o gozo de seus direitos políticos e a consequente emissão de certidão de quitação eleitoral até ulterior deliberação deste juízo, inclusive pleiteia que a liminar aqui porventura deferida atinja os autos de nº. 0600354- 33.2024.6.08.0024, para que também suspenda os efeitos da R. Sentença que indeferiu seu pedido de registro atual de candidatura.

Nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, aplicável de forma subsidiária ao processo eleitoral, a tutela de urgência exige a demonstração de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Passo à análise dos requisitos.

Da Probabilidade do Direito

O recorrente sustenta que a decisão que julgou suas contas eleitorais como não prestadas está eivada de vícios insanáveis, em razão da suposta inexistência de atos citatórios e intimatórios válidos, conforme exigido pela legislação eleitoral, o que teria ferido seus direitos ao contraditório e à ampla defesa. Afirma, ainda, que a manutenção dos efeitos da sentença causaria graves prejuízos, justificando, assim, a necessidade de suspensão liminar dos seus efeitos.

Em análise sumária, própria desta fase processual, verifico que não restou evidenciada, sequer minimamente, a configuração dos vícios insanáveis apontados pelo autor. A sentença questionada, conforme manifestação já exarada na Decisão que indeferiu a liminar nos autos nº 0600382-98.2024.6.08.0024, seguiu os procedimentos regulares, conforme estipulado pela Resolução TSE n. 23.607/2019, com a realização de várias tentativas de citação e intimação através de meios diversos, incluindo edital (ID 122579219), correspondência com aviso de recebimento assinado pelo próprio requerente (ID 99907037), e-mail registrado no sistema (ID 102054618) e mensagem instantânea (ID 102054619), conforme preceituam os §§ 8º, 9º e 10º do artigo 98 da referida resolução.

Ademais, ainda que o autor questione a adequação dos endereços utilizados nas notificações, tais inconsistências não caracterizam, de forma imediata e incontestável, nulidade dos atos processuais, especialmente em sede de análise liminar. A anulação pretendida, incluindo a suspensão dos efeitos da sentença e a consequente quitação eleitoral, não encontra nenhum fundamento nesta fase embrionária do feito.

Portanto, em juízo de cognição sumária, verifico a ausência do primeiro requisito necessário à concessão da medida vindicada, qual seja, a probabilidade do direito, o que, por si só e ainda que seja observada a presença do requisito risco de dano irreparável, impede o deferimento do pedido. Por oportuno, ressalta-se que esta DECISÃO não se confunde com o julgamento do mérito do Recurso Eleitoral, posto que fundada em análise meramente perfunctória.

Ante o exposto, firme nos fundamentos apresentados, INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR.

INTIMEM-SE as partes.

Após, a douta Procuradoria Regional Eleitoral para conhecimento e regular manifestação.

Vitória-ES, datado e assinado eletronicamente.

Dr. MARCOS ANTONIO BARBOSA DE SOUZA

Relator

RESOLUÇÃO TRE-ES Nº 58/2024

PROCESSO SEI Nº 0005451-94.2024.6.08.8000 - 41ª ZONA ELEITORAL - JAGUARÉ (SEDE) E SOORETAMA/ES

ASSUNTO: DESIGNAÇÃO DA EXMA. SRA. DRA. MAÍZA SILVA SANTOS PARA ATUAR COMO COLABORADORA NO DIA DA ELEIÇÃO, 06 DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO, NA 41ª ZE - JAGUARÉ (SEDE) E SOORETAMA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE SOORETAMA, OBSERVADO O PAGAMENTO, A TÍTULO DE PRÓ-LABORE, DO VALOR DE 1/30 (UM TRINTA AVOS) DA

GRATIFICAÇÃO DE JUIZ ELEITORAL, SEM PREJUÍZO DA PERCEPÇÃO DE DIÁRIAS, SE FOR O CASO.

REQUERENTE: Juízo Eleitoral da 41ª ZE - Jaguaré (Sede) e Sooretama.

RESOLVEM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, em conformidade com a Ata e Notas Taquigráficas da Sessão, que integram este julgado, *à unanimidade de votos, DESIGNAR A EXMª SRª DRª MAÍZA SILVA SANTOS PARA ATUAR COMO COLABORADORA NO DIA DA ELEIÇÃO, 06 DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO, NA 41ª ZONA ELEITORAL - (JAGUARÉ (SEDE) E SOORETAMA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE SOORETAMA, OBSERVADO O PAGAMENTO, A TÍTULO DE PRÓ-LABORE, NO VALOR DE 1/30 (UM TRINTA AVOS) DA GRATIFICAÇÃO DE JUIZ ELEITORAL, SEM PREJUÍZO DA PERCEPÇÃO DE DIÁRIA, SE FOR O CASO.*

Sala das Sessões, 01 de outubro de 2024.

Des. Carlos Simões Fonseca, Presidente

Des. Dair José Bregunze de Oliveira, Vice-Presidente/Corregedor Regional Eleitoral

Juiz Renan Sales Vanderlei

Juíza Isabella Rossi Naumann Chaves

Juiz Marcos Antonio Barbosa de Souza

Juiz Alceu Maurício Junior

Juiz Adriano Sant'Ana Pedra

Dr. Alexandre Senra, Procurador Regional Eleitoral

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600542-17.2020.6.08.0040

PROCESSO : 0600542-17.2020.6.08.0040 RECURSO ELEITORAL (Venda Nova do Imigrante - ES)

RELATOR : Juiz Estadual 2 - Dra. ISABELLA ROSSI NAUMANN CHAVES

FISCAL DA LEI : Procuradoria Regional Eleitoral - ES

INTERESSADO : OSMAR MARIA DE JESUS

ADVOGADO : DINAHYR GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR (11580/ES)

ADVOGADO : FERNANDO CARLOS DILEN DA SILVA (10585/ES)

ADVOGADO : MARTA KELY ALMEIDA GOMES RODRIGUES (25133/ES)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

ACÓRDÃO

RECURSO ELEITORAL (11548) Nº 0600542-17.2020.6.08.0040 - Venda Nova do Imigrante - ESPÍRITO SANTO

ASSUNTO: [Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Vereador]

INTERESSADO: OSMAR MARIA DE JESUS

ADVOGADO: MARTA KELY ALMEIDA GOMES RODRIGUES - OAB/ES25133

ADVOGADO: FERNANDO CARLOS DILEN DA SILVA - OAB/ES10585

ADVOGADO: DINAHYR GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR - OAB/ES11580

FISCAL DA LEI: Procuradoria Regional Eleitoral - ES

RELATORA: JUÍZA ISABELLA ROSSI NAUMANN CHAVES

EMENTA